



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS CURITIBA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA
EDITAL Nº 13/2018-PPGGP

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO MESTRADO PROFISSIONAL
EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA – TURMA 2019

GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

1. A Comissão Permanente de Seleção, em atendimento ao disposto no Edital N.º 08/2018-PPGGP, torna público o **Gabarito Preliminar** da Prova Objetiva, referente à 1ª Fase do Processo Seletivo de Ingresso no Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública – Turma 2019.
2. Anexo a este Edital, encontra-se o caderno de provas, com a marcação das respostas corretas em cada questão.
3. Será atribuída pontuação a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva referente às questões anuladas neste Edital, conforme na seção V.1 do Edital N.º 08/2018-PPGGP
4. A interposição de recurso à prova objetiva, conforme item 5 da seção VII do Edital N.º 08/2018-PPGGP, pode ser feita pelo candidato mediante protocolo na Secretaria do Programa, no período de 23 a 25 de outubro de 2018, das 14h às 17h, utilizando-se o formulário disponível em www.pgp.ct.utfpr.edu.br.

Número da questão	Resposta	Número da questão	Resposta
1	E	21	E
2	A	22	B
3	D	23	B
4	E	24	D
5	A	25	A
6	B	26	Anulada
7	E	27	A
8	E	28	B
9	A	29	D
10	B	30	D
11	A	31	A
12	E	32	E
13	B	33	E
14	A	34	D
15	C	35	A
16	D	36	C
17	D	37	B
18	Anulada	38	D
19	B	39	A
20	C	40	A

Curitiba, 22 de outubro de 2018.

Rogério Allon Duenhas
Presidente da Comissão Permanente de Seleção

Ricardo Lobato Torres
Coordenador do Programa

PROCESSO SELETIVO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

Mestrado Profissional – Turma de 2019

EDITAL Nº 08/2018 - PPGPGP

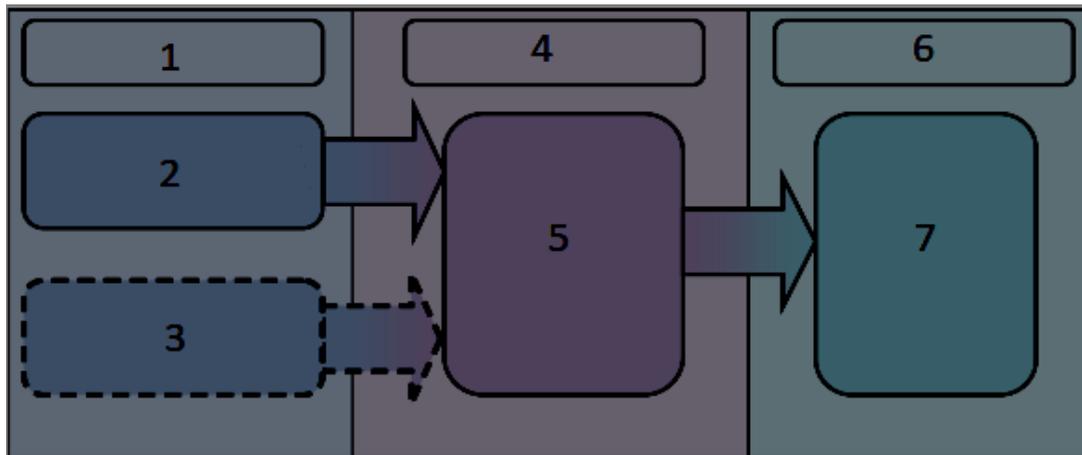
CADERNO DE PROVA

INSTRUÇÕES

- 1) O caderno de prova contém 40 (quarenta) questões objetivas elaboradas, estritamente, a partir das referências dispostas no item 10 da subseção V.1. do Edital.
- 2) A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- 3) A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo, portanto, permitidas perguntas aos fiscais.
- 4) A prova é INDIVIDUAL, sendo vedada a comunicação entre os candidatos durante sua realização.
- 5) Será eliminado o candidato que utilizar material de consulta ou qualquer sistema de comunicação.
- 6) Em cada questão, há somente uma resposta correta.
- 7) A folha de respostas, devidamente identificada, deve ser entregue para o fiscal.
- 8) O caderno de prova NÃO poderá ser levado pelo candidato, e também deve estar identificada.
- 9) Ao receber sua folha de respostas, proceda da seguinte forma:
 - a) Preencha totalmente o espaço correspondente à resposta que considera correta. O preenchimento deve ser obrigatoriamente feito com caneta esferográfica tinta azul-escuro ou preta.
 - b) A marcação de mais de uma alternativa ou o preenchimento diferente do estabelecido no item 9.a anulará a resposta da questão.
 - c) Não amasse e nem dobre a folha de resposta.

CANDIDATO:	
------------	--

1) Segundo Rodrigues e Vicentin (2018), as três dimensões da definição de comunicação pública Governos são representadas pela seguinte figura:



Assinale a alternativa cuja numeração está correta em relação ao proposto pelos autores.

- a) 1- Objeto; 2-Cidadania/Democracia; 3-Sujeitos Público; 4-Finalidade; 5-Interesse Privados; 6- Atores; 7- Estado/Governos.
- b) 1- Objeto; 2-Estado/Governos; 3-Sujeitos Privados; 4-Finalidade; 5-Interesse Público; 6- Atores; 7-Cidadania/Democracia.
- c) 1- Sujeitos Privados; 2-Estado/Governos; 3-Objeto; 4-Atores; 5-Interesse Público; 6- Cidadania; 7- Finalidade/Democracia.
- d) 1- Finalidade; 2- Cidadania/Governos; 3-Sujeitos Privados; 4- Atores; 5-Interesse Público; 6- Objeto; 7- Estado/Democracia.
- e) 1-Atores; 2-Estado/Governos; 3-Sujeitos Privados; 4-Objeto; 5-Interesse Público; 6-Finalidade; 7- Cidadania/Democracia.

2) Comunicação Pública e da Governança Pública segundo Rodrigues e Vicentin (2018):

- I. Comunicação Pública é a comunicação que tem por finalidade a cidadania e a democracia, em um cenário em que interagem o estado, o

- governo e a sociedade para tratar de temas de interesse público.
- II. Ocorre uma mudança nos canais de relacionamentos entre prefeitura e o cidadão, e que o atendimento por central telefônica tende a acontecer por intermédio da Internet.
 - III. A prática de comunicação nos portais municipais na Internet atualmente consiste em práticas de informação e participação ativa. Configurando a plena comunicação entre o poder público e os cidadãos.

Com base nas afirmações acima assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e III estão corretas
- e) Todas as afirmações estão corretas.

3) Sobre os princípios de governança pública citados em Rodrigues e Vicentin (2018):

- I. Transparência: A governança é não apenas definir e implementar vários elementos, mas integrá-los à estratégia da instituição, de forma a atingir os resultados esperados pela sociedade, no caso do setor público
- II. Integração: Trata da melhor utilização possível dos recursos públicos, ou seja, fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível.
- III. Equidade: Possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil.

- IV. Responsabilidade: Estabelece pelo tratamento justo de todas as partes interessadas na governança, não se admitindo, assim, atitudes ou políticas discriminatórias.
- V. Eficiência: Diz respeito à instituição e a sociedade em longo prazo. A governança, por meio deste princípio deve zelar pela sustentabilidade das organizações, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Com base nas afirmações acima assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I, II e VI estão erradas.
- b) Apenas a afirmação I está errada.
- c) Apenas as afirmações II, III, IV e V estão erradas.
- d) **Todas as afirmações estão erradas.**
- e) Apenas a afirmação I está errada.

4) Sobre governança pública em Rodrigues e Vicentin (2018):

- I. A governança pública se desenvolveu a partir da governança corporativa (iniciativa privada).
- II. Uma forte estrutura de governança pública objetiva reduzir os custos de transação oriundos da relação de agência entre cidadãos e agentes.
- III. É a partir de uma comunicação centrada no cidadão é que a comunicação pública quando utilizada em uma prática de governança, tem como objetivo viabilizar o relacionamento mais interativo entre governantes e governados.

Com base nas afirmações acima assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.

- b) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- d) Apenas a afirmação III está correta.
- e) **Todas as afirmações estão corretas.**

5) De acordo com Veiga (2010, p. 46-47), o Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), traz as seguintes orientações sobre indicadores de sustentabilidade: .

- I. Se o consumo per capita exceder esse nível dito “sustentável”, significa que ele está avançando sobre parte dos frutos do progresso futuro;
- II. A qualidade de vida só pode ser medida por um índice composto bem sofisticado, que incorpore até mesmo as recentes descobertas desse novo ramo que é a economia da felicidade;
- III. A sustentabilidade exige um pequeno grupo de indicadores físicos, e não de malabarismos que artificialmente tentam precificar coisas que não são mercadorias;
- IV. A taxa de aumento do bem-estar é inferior à taxa de aumento do PNB ou do PIB;
- V. O PIB (ou PNB) deve ser inteiramente substituído por uma medida bem precisa de renda domiciliar disponível, e não de produto.

Consideram-se como verdadeiras:

- a) Apenas as alternativas II, III e V.**
- b) Apenas as alternativas II e III.
- c) Apenas as alternativas I e II.

d) Apenas as alternativas I, II e V.

e) Apenas as alternativas IV e V.

6) Veiga (2010, p. 47-48) resgata as seguintes orientações e recomendações do Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009):

- I. a sustentabilidade supõe que o desempenho econômico e a qualidade de vida também sejam medidos por novos indicadores. Indicadores que nada têm a ver com os atuais PIB e IDH;
- II. qualquer indicador monetário deve permanecer focado apenas em seus aspectos estritamente econômicos;
- III. usar algum dos indicadores de bem-estar em dueto com algum outro mais focado na pressão sobre os recursos;
- IV. buscar bons indicadores não monetários da aproximação de níveis perigosos de danos ambientais, como os que estão associados à mudança climática;
- V. a absoluta necessidade de que os aspectos propriamente ambientais da sustentabilidade sejam acompanhados pelo uso de indicadores físicos bem escolhidos.

Consideram-se verdadeiras:

a) Todas as alternativas.

b) Apenas as alternativas I, II, IV e V.

c) Apenas as alternativas I, II e III

d) Apenas as alternativas I, III, IV.

e) Apenas as alternativas I e IV.

7) De acordo com Veiga (2010, p. 45), a Pegada Ecológica, um indicador focado no grau de pressão sobre os recursos, apresenta como características:

- I. É um indicador inteiramente voltado à avaliação de estoques de riqueza, em vez de fluxos de renda, de consumo ou de produção;
- II. Sua raiz teórica está na ideia de que a sustentabilidade requer essencialmente a manutenção de um constante estoque de riqueza ampliada;
- III. Não envolve os malabarismos exigidos pelas abordagens monetárias, além de transmitir uma noção que pode ser facilmente assimilada pelo público preocupado em encontrar bons indicadores de sustentabilidade;
- IV. Pretende mostrar quanto da capacidade regenerativa da biosfera está sendo usada em atividades humanas (consumo).;
- V. A biocapacidade de uma área cultivada é aferida pelo rendimento observado.

Consideram-se verdadeiras:

- a) Todas as alternativas.
- b) Apenas as alternativas I, II e III
- c) Apenas as alternativas II, III, IV e V.
- d) Apenas as alternativas I e IV.
- e) Apenas as alternativas III, IV e V.

8) Na visão de Veiga (2010, p. 39), apesar da noção de sustentabilidade ser tratada em quase todas as áreas do conhecimento, os debates têm obrigatoriamente suas raízes nas reflexões de duas disciplinas consideradas científicas:

- a) sociologia e biologia;
- b) ecologia e sociologia;
- c) planejamento urbano e regional e economia;
- d) biologia e economia;
- e) ecologia e economia.

9) Com relação à teoria econômica tradicional do desenvolvimento regional, os autores Barberia e Biderman (2010) elencam uma série de fatores que contribuem para a atração de empresas para determinadas localidades. Acerca desses fatores, é correto afirmar que:

a) São múltiplos os fatores a serem considerados para a determinação da localização das atividades produtivas, porém, a literatura tradicional traz duas contribuições teóricas importantes: os retornos crescentes de escala e as externalidades geradas pela proximidade entre produtores, fornecedores e clientes.

b) Fatores culturais e educacionais são apontados na literatura tradicional como determinantes para atração de novos negócios para as localidades.

c) A isenção ou redução de tributos é o principal fator determinante para a localização geográfica de indústrias em determinadas localidades.

d) Fatores culturais e educacionais são apontados na literatura tradicional como determinantes para atração de novos negócios para as localidades.

e) O financiamento público de investimentos e a taxa de câmbio do país sempre atuaram como fatores fundamentais para incentivar a localização de indústrias em determinadas regiões do mundo.

10) As implicações de políticas públicas da teoria tradicional do desenvolvimento regional, conforme revisado por Barberia e Biderman (2010), sugerem que o custo de distanciamento de determinadas regiões pode ser compensado com ações governamentais e torná-las economicamente atrativas ao investimento privado. A esse respeito, de acordo com os referidos autores, é correto afirmar que:

a) A principal ação governamental apontada na literatura como sendo efetiva para a compensação do distanciamento de determinadas regiões é a concessão de benefícios fiscais para a atração de empresas do exterior.

b) Exemplos de ações governamentais para tornar atrativas regiões remotas são a construção de infraestrutura pública, como rodovias, aeroportos e parques industriais, bem como subsídios à produção e ao desenvolvimento tecnológico.

c) Investimento público em educação e qualificação profissional da mão-de-obra é apontada como a principal ação de governo para estimular a criação de novas empresas nas localidades mais remotas.

d) A fim de compensar o longo período de maturação dos investimentos em regiões mais remotas, economistas da literatura tradicional recomendam que os investimentos nessas localidades sejam compartilhados entre o setor público e o setor privado na criação de empresas de economia mista.

e) Para a maior parte dos economistas da literatura tradicional do desenvolvimento regional, a melhor política pública é a desregulamentação dos mercados, a fim de promover a livre mobilidade dos fatores de produção, em especial, o capital.

11) Apesar de apontar algumas possibilidades de ação do poder público para desenvolver economicamente regiões dispersas dos centros produtivos já consolidados, a revisão de literatura de Barberia e Biderman (2010) relata alguns paradoxos da política pública. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

a) Uma vez bem-sucedida, a política pública que deu início ao desenvolvimento econômico em uma nova localidade pode desencadear um novo processo de concentração, ao atrair novas empresas que visam aproveitar os benefícios econômicos da região.

b) Devido ao processo não linear do desenvolvimento econômico, os autores apontam a impossibilidade de haver resultados da ação governamental de “bom equilíbrio” (alto crescimento e baixa concentração espacial) coexistir como “mau equilíbrio” (baixo crescimento e alta concentração espacial).

c) Estudos empíricos mostram que a redução nos custos de transporte tende a aumentar a probabilidade de industrialização nas áreas rurais, ao facilitar a entrada de novas empresas de grande porte.

d) Estratégias para atração de empresas como as guerras fiscais entre os estados brasileiros se mostram benéficas para as regiões, apesar da renúncia de receita governamental.

e) Como os modelos teóricos desenvolvidos permitem previsão dos resultados com bastante precisão, as ações governamentais, se adotadas de maneira eficaz, são capazes de gerar os resultados de convergência entre as regiões.

12) No texto de Barberia e Biderman (2010) é apresentada uma discussão acerca da diferença de estratégias de desenvolvimento econômico local adotadas nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. Sobre essa discussão, é correto afirmar que:

a) Nos países desenvolvidos há uma preocupação crescente com a criação de um ambiente favorável de negócios, havendo pouca interferência governamental, enquanto nos países em desenvolvimento o governo procura orientar os investimentos com incentivos fiscais e financiamento público.

b) A transição democrática na América Latina e na África do Sul dificultou o processo de descentralização das atividades econômicas para cidades não metropolitanas, diferentemente dos países desenvolvidos, com maior tradição em regimes democráticos.

c) Nos países desenvolvidos, os programas governamentais direcionam atenção para as restrições de recursos que inibem os negócios locais, enquanto nos países em desenvolvimento o foco se dá sobre políticas de redução da pobreza e exclusão.

d) Nos países desenvolvidos há uma preocupação em examinar que tipo de política é mais eficiente, dadas as restrições orçamentárias enfrentadas pelos governos locais, enquanto nos países em desenvolvimento o foco das políticas recai sobre a promoção de inovações tecnológicas.

e) Enquanto nos países desenvolvidos as políticas são orientadas para a retenção de empresas nas localidades, criação de novos negócios e desenvolvimento tecnológico local, nos países em desenvolvimento as ações visam atrair novas empresas e promover o crescimento endógeno a partir das potencialidades dos atores locais.

13) Sobre os estudos das forças de convergência e aglomeração espacial das atividades econômicas no Brasil, revisadas por Barberia e Biderman (2010), é correto afirmar que:

a) Pesquisas com diferentes metodologias apontam o mesmo resultado de tendência de convergência no nível de renda dos municípios brasileiros entre as décadas de 1970 e 1990.

b) Alguns estudos mostram que no período de 1930 a 1990 há evidências de divergência dentro das regiões mais pobres do país e convergência dentro das regiões mais ricas.

c) Estudos mostram que em termos de níveis educacionais, há divergência nos resultados entre os municípios brasileiros, porém, observa-se uma convergência entre eles no que se refere à renda per capita e à expectativa de vida.

d) Estudos recentes mostram que há divergência em termos de desenvolvimento econômicos dos municípios na região sul do Brasil.

e) Apesar de se observar uma tendência de divergência de desenvolvimento econômico entre os municípios do Brasil, quando os dados são comparados entre os estados brasileiros, nota-se uma convergência da renda per capita.

14. Sobre a avaliação do impacto regulatório (RIA) é correto afirmar:

a) A avaliação do impacto regulatório (AIR) é um termo usado para descrever o processo

de avaliação sistemática dos benefícios e custos de um novo regulamento ou de um regulamento existente

b) A avaliação do impacto regulatório (AIR) não tem como objetivo a melhora da qualidade da política regulatória.

c) O uso da regulação como um instrumento de política para melhorar o desenvolvimento econômico e social nas economias desenvolvidas foi parte da mudança mais ampla do Estado positivo ou intervencionista para o Estado regulador.

d) Atualmente a regulamentação reconhecida como um instrumento importante no conjunto de ferramentas da política de desenvolvimento, mas não tem condições de apoiar o crescimento e o desenvolvimento liderados pelo mercado e a favor dos pobres.

e) Estruturas regulatórias estatais apropriadas são necessárias para enfrentar as falhas do mercado, que nos países desenvolvidos podem assumir a forma de externalidades generalizadas nas transações de mercado, abuso de monopólio, mercados subdesenvolvidos ou ausentes e assimetrias de informação.

15. A análise de impacto regulatório (RIA) pode contribuir para:

a) Criar um ambiente regulatório melhor e mais consistente para produtores e reguladores, coibindo variações nas diretrizes nacionais que refletem diferenças nas tradições ou sistemas jurídicos, legislativos e administrativos.

b) Promover a responsabilidade do governo, limitando as informações usadas na tomada de decisões ao setor econômico e demonstrando como o regulamento terá impacto na sociedade.

c) Examinar sistematicamente os impactos que podem ser ou serão gerados pela regulamentação governamental e comunicar essas informações aos tomadores de decisão.

d) Incentivar a consulta pública para identificar e medir apenas os benefícios e não os custos da regulação, tendo o potencial de melhorar a transparência da tomada de decisão governamental.

e) Concretizar os princípios da "boa governança" na tomada de decisões para criar

incertezas e aportar transparência na tomada de decisões, de modo a evitar arbitrariedades e promover a responsabilização.

16. Sobre a avaliação de impacto regulatório (RIA) é incorreto afirmar:

- a) A RIA é uma abordagem empírica para a tomada de decisão e tem o potencial de fortalecer a regulamentação.
- b) A RIA não é uma ferramenta que substitui a tomada de decisões, mas deve ser vista como parte integrante do processo de formulação de políticas, que visa elevar a qualidade do debate e, portanto, a qualidade do processo de tomada de decisão.
- c) A RIA examina sistematicamente os possíveis impactos das ações do governo e comunica essas informações aos tomadores de decisão, de modo a considerar (idealmente) toda a gama de efeitos positivos e negativos (benefícios e custos) associada a uma alteração regulamentar proposta.
- d) A RIA tem o potencial de melhorar o monitoramento das políticas regulatórias existentes, mas não é útil para realizar revisões de um regulamento já existente ou para melhorar seu desempenho.
- e) A RIA também pode ajudar a restringir a discricão reguladora, economicamente prejudicial e expor casos de conflitos regulatórios.

17. Sobre o uso da avaliação de impacto regulatório (RIA) nos países em desenvolvimento é correto afirmar:

- a) No países em desenvolvimento, com as Filipinas, quando a RIA é adotada, parece ocorrer em algumas fases apenas, como na proposta de regulamento, na fase de esboço ou após propostas detalhadas serem feitas.
- b) Nos países em desenvolvimento, o objetivo fundamental da política de desenvolvimento é a redução da pobreza e o objetivo da política de regulamentação deve ser mudar o comportamento do setor público, de a elevar os níveis de renda dos pobres.

c) O maior problema de aplicação da RIA em países em desenvolvimento é que a qualidade dos dados é geralmente muito boa e, portanto, uma análise quantitativa das propostas é virtualmente impossível.

d) Embora a RIA seja agora usada na maioria dos países da OCDE, há pouca evidência registrada de seu uso nos países em desenvolvimento.

e) Nos países em desenvolvimento a regulação tem um papel potencialmente importante a desempenhar, que é a garantia de processos de mercado mais eficientes. Portanto, uma gama menos ampla de objetivos para a política de regulamentação, além daqueles que estão no cerne das diretrizes da OCDE, é necessária.

18. ANULADA Para melhorar a qualidade dos novos regulamentos, o governo também precisará instituir:

a) procedimentos para assegurar que a RIA esteja incorporada no processo de avaliação regulatória, nos momentos finais do projeto de um novo regulamento e das propostas de mudanças regulatórias.

b) métodos para avaliar opções regulatórias, inclusive não regulando. Os recursos devem ser concentrados nos regulamentos em que os impactos provavelmente não são os mais significativos e onde os prospectos não são os melhores para alterar os resultados regulatórios.

c) procedimentos sistemáticos de consulta pública para garantir a mais ampla contribuição possível para a tomada de decisões regulatória, mas sem a participação dos grupos de interesse, que não podem ser tratados de maneira imparcial.

d) considerações sobre como a RIA se tornará parte integrante das decisões políticas dentro do governo e não apenas um requisito formal na construção ou revisão de políticas.

e) considerações sobre como a RIA se tornará parte integrante das decisões políticas dentro do governo e não apenas um requisito formal na construção ou revisão de políticas.

19. Ao tratar dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) positiva que “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade ...*”. Neste sentido, considerando as afirmações de I a IV a seguir, é correto afirmar que:

- I. É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato para a garantia da integridade do (s) manifestante (s).
 - II. É assegurada, prescindida a obrigatoriedade da existência de lei sobre a matéria, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
 - III. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
 - IV. Todos têm direito a, sem ressalvas, receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei.
 - V. Todos têm direito a, sem ressalvas, receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei.
-
- a) Somente a Assertiva II está correta.
 - b) **Somente a Assertiva III está correta.**
 - c) Somente a Assertiva IV está correta.
 - d) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - e) Somente as assertivas II e III estão corretas.

20. Sobre a competência e decisões do Tribunal de Contas da União, no que pertine à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, pode-se dizer que a partir da análise e combinação das assertivas I a V marque a única opção correta.

- I. Auxiliar o Congresso Nacional na execução do Controle Externo.
- II. Auxiliar o Congresso Nacional na Execução do Controle Interno.
- III. Auxiliar o Congresso Nacional na execução dos Controles Interno e Externo.
- IV. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, aos demais entes da federação.
- V. As suas decisões que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

- a) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- b) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.
- c) **Somente as assertivas I, IV e V estão corretas.**
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as assertivas IV e V estão corretas.

21. O Brasil é uma República! Portanto tem-se uma negação ao patrimonialismo, cuja essência é a confusão entre o público e o privado. Assim a ideia de Republica orbita a aceitação do bem público enquanto (res)pública de fato. No matiz da referida afirmação o Art. 1º da CRFB assevera que “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito...” e ainda que, à luz dos artigos 3º e 4º da mesma Carta Constitucional (...), marque a resposta correta.

- a) Não cabe à República Federativa do Brasil buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma

comunidade latino-americana de nações, uma vez que isso atinge a soberania das outras nações envolvidas.

- b) São Poderes da União, autônomos e independentes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) A República brasileira tem por fundamentos: a autonomia; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o ativismo político.
- d) Ao poder Legislativo cabe as funções típicas de legislar e julgar e a atípica de administrar.
- e) São considerados princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil: autodeterminação dos povos; igualdade entre os Estados; repúdio ao terrorismo e ao racismo; e concessão de asilo político.

22. O Brasil no ano de 2018 passou e está passando (2º turno em alguns casos) por eleições nacionais para que o povo, detentor maior do poder originário do Estado, por intermédio de seus cidadãos, exerça os seus direitos políticos e faça, com o suporte da democracia, a escolha dos “gestores” e representantes parlamentares. Assim nos termos da CRFB é correto afirmar que:

- I. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- II. Prescinde de lei a possibilidade do exercício da soberania popular mediante: plebiscito; referendo; e iniciativa popular.
- III. O estrangeiro e os conscritos não podem se alistar como eleitores.
- IV. São algumas condições de elegibilidade, na forma da lei: a nacionalidade brasileira; o domicílio eleitoral na circunscrição; a idade mínima de vinte e um anos para Deputado Federal.

- a) Somente as assertivas I e IV estão corretas.

- b) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Somente as assertivas II e III estão corretas.

23. Para participar do pleito eleitoral na condição de candidato é essencial que haja a filiação partidária dos candidatos. Sobre os partidos políticos no Brasil, nos termos da CRFB é correto afirmar que:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) São preceitos a serem observados para a livre criação de partidos: caráter nacional; proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- c) Mesmo sendo pluripartidário o sistema político brasileiro, existe limitação expressa de números de partidos representados no Congresso Nacional.
- d) É assegurada aos partidos políticos soberania para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, prescindindo de Estatutos para tal.
- e) Para entrar em funcionamento os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, não carecem, necessariamente, do registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

24. O Artigo 182 da CRFB é taxativo ao descrever que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Nesse sentido é correto afirmar que:

- a) O Imposto sobre a propriedade predial e territorial rural é progressivo no tempo.

- b) As desapropriações de imóveis rurais serão feitas com posterior e justa indenização em dinheiro.
- c) O plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado Membro, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- d) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

25. Avaliação que possibilita o autoconhecimento da IES quanto às ações que desenvolve em torno do ensino, da pesquisa e da extensão. É esperado a participação ativa de todos nos processos que compõem essa avaliação, quando então, professores, alunos, técnicos administrativos e egressos assumem o protagonismo nessa ação, o conceito corresponde a:

- I- Avaliação Institucional
 - II- Avaliação dimensional
 - III- Avaliação Linear
 - IV- Avaliação de Cursos
-
- a) Somente a resposta I está correta
 - b) Somente a resposta III está correta
 - c) Nenhuma das respostas está correta
 - d) Somente as respostas III e IV estão corretas
 - e) Todas estão corretas

26. ANULADA Para Dias Sobrinho e Balsan (2005), a qualidade educacional, ultrapassa as camadas técnicas e científicas alcançando os mais profundos e diversos sentidos filosóficos, sociais e políticos. Desse modo, o compromisso de cada um dos atores educacionais, em sua atuação na educação superior, precisa ser concebido a partir de

uma concepção de responsabilidade que se enreda e se consolida na avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes. Tal responsabilidade passa compreensão de que acima das questões relacionadas à avaliação situa-se:

- I- A busca por uma gestão profissional que oportunize que as IES enfrentem os desafios impostos pelo sistema.
- II- A busca por uma posição no mercado
- III- A busca por uma por uma melhor seleção de estudantes
- IV- A busca por fontes de financiamento da iniciativa privada

- a) Somente a resposta II está correta
- b) Somente a resposta I está correta
- c) Somente a resposta III está correta
- d) Todas estão corretas
- e) Somente a resposta I está correta

27. O arcabouço legal sobre o qual fundamentam-se as atuais ações de planejamento, avaliação e remodelação organizacional das IES brasileiras situa-se a partir da:

- I- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - 9.394/96
- II- Lei do Bem - 11.196/06
- III- Lei de Inovação 10873/04
- IV- Lei de Informativa - 8.248/91

- a) Apenas a resposta I está correta
- b) Apenas a resposta III está correta
- c) As respostas II e IV estão corretas
- d) Todas as respostas estão corretas
- e) As respostas I e III estão corretas

28. O sistema de avaliação executado pelo INEP é composto pelos seguintes processos:

- I) Avaliação institucional; avaliação de curso; avaliação de desempenho dos estudantes (ENADE).
- II) Avaliação do sistema de cotas; avaliação de curso; avaliação de desempenho dos estudantes (ENADE).
- III) Avaliação de pesquisa e desenvolvimento; avaliação institucional parcial; avaliação de curso
- IV) Avaliação empreendedora, avaliação institucional; avaliação de curso

- a) Somente a resposta II está correta
- b) Somente a resposta I está correta
- c) Todas as respostas estão corretas
- d) Somente as respostas II e a III estão corretas
- e) Somente as respostas III e IV estão corretas

29. Qual é a abordagem pela qual Renato Balbim (2016) trata o termo mobilidade?

- a) O autor aponta que o movimento pendular e o turismo não são considerados formas de mobilidade;
- b) Surgiu com o urbanismo moderno, que tem sua base na ideia de acessibilidade;
- c) Para o autor mobilidade é sinônimo de circulação física na cidade;
- d) **A mobilidade nas diversas formas que o conceito assume - ocorre de maneira sistêmica, ao transformar o conteúdo e significado de todas as demais formas.**
- e) O conceito de mobilidade está associado apenas à noção de trânsito e transporte.

30. Quais são os tipos de mobilidades geográficas segundo Renato Balbim (2016)?

- a) Mobilidade cotidiana, mobilidade do trabalho, mobilidade profissional e mobilidade social;
- b) Mobilidade residencial, as migrações, mobilidade profissional e mobilidade social;
- c) Mobilidade residencial, o turismo e as migrações e mobilidade social.
- d) **Mobilidade cotidiana, mobilidade residencial, o turismo e as migrações.**
- e) Mobilidade rural, mobilidade interplanetária

31. Qual a relação que o autor (Balbim, 2016) faz entre mobilidade e o estudo da cidade?

- a) **A característica sistêmica das diversas formas de mobilidade é um importante instrumento para compreender a complexidade da cidade.**
- b) A mobilidade na cidade se faz por meio de sua estrutura física, não interessando a vida social, o trabalho ou a esfera cultural.

- c) O autor trata apenas da mobilidade espacial para relacionar com a cidade.
- d) A mobilidade é descrita pelo autor como uma malha estrutural cidade, traduzida em suas vias, caminhos e outras formas de transporte.
- e) A trajetória de vida dos sujeitos e seus valores não fazem parte da análise do autor porque não se relaciona com o estudo da cidade.

32. Segundo Renato Balbim (2016), por que a mobilidade é importante para as políticas públicas?

- a) Nas políticas habitacionais para que as pessoas se tornem “menos móveis”, com sua casa própria, por exemplo, a fim de não comprometer a mobilidade na cidade.
- b) Na criação de novas centralidades na cidade, que ampliarão a mobilidade social em particular a pendular.
- c) Para distribuição dos objetos na cidade, estabelecendo os pontos de permanência, como o trabalho e o lugar da habitação que contribuirão para uma visão moderna de cidade.
- d) Nenhuma está correta
- e) Para pensar os novos instrumentos que poderão transformar os padrões urbanísticos e socialmente injustificáveis da cidade, como, por exemplo, a segregação socioespacial.

33. Segundo Renato Balbim (2016) qual dessas definições de mobilidade está correta?

- a) A mobilidade do trabalho está associada à mudança de ocupação, local de trabalho, com relação ao precedente.
- b) A mobilidade profissional é medida por meio das classes de renda, como uma ascensão social.

- c) A mobilidade geográfica pode ser entendida como uma mudança de posição, principalmente do local de moradia.
- d) A mobilidade geográfica pode ser sistematizada por meio da matriz que articula as dimensões urbanas e rurais.
- e) **A mobilidade residencial associada à mudança do local de residência ao longo de sua vida.**

34. Baseado em Proni (2016), na segunda metade do século XX, ficou evidente o descompasso entre o progresso econômico e o desenvolvimento social no Brasil, predominando a segregação espacial na qualidade das moradias e no acesso desigual a bens e serviços de uso coletivo. Porque houve concentração de renda e a intervenção estatal neste campo foi ineficaz.

Sobre estas duas afirmativas, é correto afirmar que:

- a) as duas afirmativas são falsas.
- b) as duas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
- c) a primeira é uma afirmativa falsa e a segunda verdadeira.
- d) **as duas são verdadeiras e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**
- e) a primeira é uma afirmativa verdadeira; e a segunda falsa.

35. Sobre a institucionalização da Política de Desenvolvimento Urbano (PNDU) no Brasil podemos AFIRMAR:

- a) **Na Constituição Federal de 1988 foi conferida prioridade à moradia como direito social, em detrimento das áreas de saneamento e transporte público.**
- b) A Constituição Federal de 1988 é o marco fundamental para a universalização dos direitos sociais no Brasil e deixa claro a participação dos entes federados na política urbana.

- c) Até o começo dos anos 1990 a consolidação de uma institucionalidade efetiva para as políticas de desenvolvimento urbano no Brasil não aconteceu de forma imediata pela subordinação de tais políticas à gestão macroeconômica.
- d) No período 1988-2001 foram desenvolvidas diversas ações setoriais de expressivo alcance com foco integrado das políticas urbanas.
- e) Nos anos 1990, o governo reestruturou institucionalmente os programas existentes na área de desenvolvimento urbano como também criou novos programas independente da política econômica em voga no país.

36. Por que se diz que o enfrentamento dos problemas diagnosticados na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) extrapola as políticas setoriais de desenvolvimento urbano e ainda encontra enorme resistência?

- a) Porque o PNUD difunde a visão de uma cidade democrática e inclusiva, com maior equidade social, maior eficiência administrativa, ampliação da cidadania, sustentabilidade ambiental e respostas aos direitos das populações vulneráveis.
- b) Porque a definição de desenvolvimento urbano no PNUD abrange somente as políticas setoriais vinculadas às cidades.
- c) Porque os planos e os programas são concebidos e, posteriormente, aplicados de forma parcial, conforme disputas na sociedade, geralmente vencidas por grupos com maior poder econômico e político.
- d) Porque as desigualdades urbanas nem sempre são tratadas na PNDU em seu aspecto setorial.
- e) Porque diagnóstico elaborado pelo PNUD bem como os programas propostos nas diferentes áreas de políticas urbanas indicam uma postura compromissada com uma atuação sistemática e consistente.

37. Sobre as Políticas Setoriais de Desenvolvimento Urbano (PNDU), podemos AFIRMAR:

- I. Com a publicação da Política Nacional de Habitação (PNH), a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) considerou a questão do acesso à moradia como uma dívida social, não enfrentada no país ao longo das décadas anteriores, e defendeu um pacto nacional para o atendimento das necessidades habitacionais da população.
- II. O PAC foi uma importante fonte de recursos para o setor de saneamento, no entanto os investimentos ficaram distantes do necessário para o cumprimento das metas estabelecidas. Além disso, aspectos presentes na política nacional não foram objeto de destacada intervenção: a busca por fontes alternativas de financiamento do setor e melhorias institucionais dos prestadores de serviços, o que permitiria aumento da capacidade de investimento.
- III. Entre os principais objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) tem-se o transporte urbano como importante política pública para diminuição da desigualdade e promoção da inclusão social.
- IV. Verificam-se significativos avanços e retomada de investimentos nas três áreas da política urbana (habitação, saneamento e mobilidade), mostrando a incorporação de aspectos relevantes da PNDU à agenda governamental.

Consideram-se como verdadeiras:

- a) Apenas as alternativas I e II.
- b) **Apenas as alternativas I, II e III.**
- c) Apenas as alternativas III e IV.
- d) Apenas as alternativas II e III.
- e) Apenas as alternativas I, II e IV.

38. Proni (2016) conclui que a nova institucionalidade e a elaboração de planos abrangentes nas três áreas do desenvolvimento urbano não reduziram significativamente as desigualdades no acesso ao “direito à cidade” PORQUE:

- a) Houve avanços significativos nas estruturas institucional, jurídica, regulatória e orçamentária, no âmbito da PNDU possibilitando superar os problemas urbanos crônicos, em especial nas grandes cidades brasileiras.
- b) Desde o início o foco manteve-se na democratização das cidades, o que implicava discutir o padrão de regulação urbana que seria adotado, sendo que os recursos financeiros utilizados foram aplicados conforme a estratégia democrática de planejamento urbano.
- c) O diagnóstico da situação recente nas três áreas prioritárias (habitacional, saneamento e mobilidade urbana), baseado em um conjunto de indicadores selecionados mostra a efetividade da PNDU e das políticas setoriais coordenadas pelo MCidades.
- d) **Um traço comum às três áreas do desenvolvimento urbano é a captura do Estado por interesses privados, priorizando a lógica da acumulação de capital.**
- e) Os avanços proporcionados pela PNDU foram suficientes para a universalização do direito à cidade.

39. Sobre o texto de Pinheiro, Pinho e Bruni (2018), analise as afirmativas:

- I. O modelo de governança híbrido é caracterizado pela celebração de parcerias entre os setores público e privado, coaduna-se com os pressupostos do movimento denominado Nova Gestão Pública (NGP) ou *New Public Management* (NPM).
- II. Na busca pela melhoria da gestão pública, a *accountability* ganha relevância quando relacionada a um ambiente em que o setor público alia-se ao setor privado para a provisão de serviços públicos, resultando em parceria público-privadas (PPPs).

III. Um conceito de PPP é aquele previsto na Lei Federal n. 11.079 ([BRASIL, 2004](#)), para concessão administrativa, que resulta num contrato de prestação de serviços em que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens por parte do Estado..

Estão corretas as afirmativas:

- a) **Todas as afirmações estão corretas.**
- b) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- c) Somente a afirmação II está correta.
- d) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- e) Somente a afirmação III está correta.

40. São conceitos de *accountability* discutidos no texto de Pinheiro, Pinho e Bruni (2018), exceto:

- a) **A *accountability* é fundamental para a compreensão da governança democrática, pelo fato de não manter o poder do governo em *check* e o público informado.**
- b) A *accountability* tem relação com a necessidade de prestação de contas, responsabilização e transparência por aqueles a quem são confiados recursos.
- c) A *accountability* assume características específicas de acordo com o modelo de gestão adotado.
- d) A *accountability* representa uma relação entre um ator e um fórum, em que o ator tem a obrigação de explicar e justificar a sua conduta, o fórum pode fazer perguntas e julgar, e com isso o ator pode enfrentar consequências.

- e) A obrigação de um agente público ter que prestar contas na forma legal a outro ator é entendida como *accountability*, sendo objeto de análise em três dimensões: transparência (ou *answerability*), quando resultante de mera divulgação de informações; *responsividade* (ou *responsiveness*), quando requer pedidos de explicação e responsabilização pelos atos praticados, resultando em obrigação legal e institucional de munir os interlocutores das informações solicitadas e responder aos questionamentos apresentados; e capacidade de sanção ou coerção (ou *enforcement*), que resulta em fazer valer a obrigação, seja diante de penalidades ou de incentivos.